

Cohn, Gabriel. **Tocqueville e a paixão bem compreendida.** *En publicacion: Filosofia política moderna. De Hobbes a Marx* Boron, Atilio A. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; DCP-FFLCH, Departamento de Ciencias Políticas, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, Universidade de Sao Paulo. 2006. ISBN: 978-987-1183-47-0

Disponibile en la World Wide Web:

http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/filopolmpt/11_cohn.pdf

www.clacso.org

RED DE BIBLIOTECAS VIRTUALES DE CIENCIAS SOCIALES DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE, DE LA RED DE CENTROS MIEMBROS DE CLACSO

<http://www.clacso.org.ar/biblioteca>

biblioteca@clacso.edu.ar

GABRIEL COHN*

TOCQUEVILLE E A PAIXÃO BEM COMPREENDIDA

“TOCQUEVILLE TEM O ESTILO TRISTE”, escreveu o crítico literário Sainte-Beuve. Certamente ele não poderia estar-se referindo a pouco cuidado com o texto, quando bem conhecia o sofisticado esmero da escrita tocquevilliana. Monotonia, escrita opaca e sem brilho, talvez? É bem difícil de imaginar isso, num autor que consegue produzir frases com a precisão e a pungência de “quem procura na liberdade outra coisa do que ela mesma é feito para servir”. Deixando-se de lado a má-vontade de Sainte-Beuve quando escreveu isso, o seu julgamento aponta para algo mais fundo, que depois outros leitores mais atentos iriam detectar. “Ninguém poderá deixar de perceber”, exagera o sociólogo norte-americano Robert Nisbet, “que o que distingue *A Democracia na América* da maioria dos outros livros sobre a democracia no século XIX é o elemento *trágico* que Tocqueville encontra na democracia”¹. Aqui estamos em terreno mais firme do que a observação de Sainte-Beuve, tão dura

* Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo.

1 Intérpretes e comentaristas da obra de Tocqueville somente serão nomeados neste texto para dar o crédito devido à autoria das posições que defendem. Os textos correspondentes serão referidos na bibliografia, no final.

de resto quanto a do grande historiador e antigo mestre de Tocqueville, Guizot, que via nele “um perdedor que reconhece sua derrota”. Aludia nisso à retirada da vida pública que levaria Tocqueville, com toda a sua experiência parlamentar e ministerial, a resignar-se no período final da sua vida ao isolamento privado na atividade intelectual (para sorte da posteridade, pois disso resultaria essa esplêndida obra-prima que é *O Antigo Regime e a Revolução*). Pois o foco nessa dimensão trágica realmente permite iluminar uma faceta importante do espírito da sua obra; ainda mais quando associada ao que outro comentarista (o historiador norte-americano Hayden White) designaria como o componente *irônico* do seu estilo.

Para os propósitos deste texto esses traços de estilo são importantes na medida em que apontam para a experiência pessoal do autor, especialmente para a sua inserção, ativa e consciente como era, na vida política do seu tempo. A primeira questão, portanto, é como ele concebia esse seu tempo. E aqui encontramos o primeiro dos grandes temas que dão um perfil inconfundível à sua obra: a idéia de revolução, entendida como mudança irreversível. Pois é disto que se trata, quando Tocqueville reflete sobre o mundo em que lhe foi dado viver, marcado pela emergência de uma nova ordem. Mas a sua grandeza reside precisamente em que, para concentrar o foco da sua atenção no problema da grande mudança histórica, ele teve que travar incessante combate interno com a marca nele imposta pelo seu tempo e sua condição social (dois termos aliás, que, associados, definem o espírito da sua obra no que tem de mais íntimo). “Vim ao mundo no final de uma longa revolução, que, tendo destruído o antigo estado, não criara nada permanente. A aristocracia já estava morta quando comecei a viver; e a democracia ainda não existia. Meu instinto, portanto, não tinha como me empurrar cegamente seja para uma seja para a outra. Em suma, eu estava de tal modo num equilíbrio entre o passado e o futuro que naturalmente e instintivamente não me sentia atraído quer por um quer pelo outro”, escreveu ele em carta ao seu tradutor inglês, Henry Reeve, em 1837 (dois anos após a triunfante publicação, aos 30 anos, do primeiro volume de *A Democracia na América*).

O ponto decisivo consiste em que, ao elaborar essa experiência ao longo da vida, Tocqueville *põe em movimento* aquilo que nessa carta aparece como um equilíbrio. A equidistância entre duas épocas, que estaria na origem da sua peculiar atitude diante do seu mundo, assume no seu pensamento maduro uma transformação decisiva, que definiria o perfil de toda a sua obra. O que na origem era experimentado como uma situação polarizada, de equilíbrio, converte-se na idéia de uma situação de mudança. Mais do que isso. É concebido como um episódio no interior de um processo secular de transição, cujo caráter ele se empenharia em desvendar ao longo de toda a sua obra. Talvez a intuição

original do gênio de Tocqueville consista nisso, em saber converter em engajamento uma experiência original que o convidaria à indiferença. Pois não é de neutralidade diante de pólos equiparados que se trata, mas sim de enfrentar a tensão interna, a dinâmica que se esconde numa situação aparentemente estática de equilíbrio. Claro que se poderá objetar que a situação descrita por ele não é de equilíbrio, pois a aristocracia “já estava morta”. O problema é que isto não é uma constatação, é a sua *tese*, que ele irá buscar provar ao longo de toda a sua obra. Do contrário ele não cogitaria da idéia de sentir-se atraído por ela. Por mais que politicamente não tivesse mais vigência, a aristocracia não estava morta em outras dimensões. Até porque ele a sentia dentro de si; e por isso mesmo se tornaria particularmente sensível ao peso dos costumes (dos *moeurs*, do que hoje chamaríamos cultura) e do caráter individual em relação às leis e às instituições. Disso é um passo para alcançar a dimensão trágica que, nessa interpretação, ele perceberia no caráter mais íntimo da sua época. E esse passo é dado quando ele, não satisfeito em perceber a mudança, busca caracterizá-la na sua natureza peculiar e naquilo que a anima. E aqui se vê o alcance dessa redefinição decisiva. É que, partindo da experiência de uma situação de equilíbrio, na qual o peso poderia pender para qualquer lado, a sua reflexão o conduz a pensar a transição no seu sentido mais radical. Este sentido é o da revolução, para usar a sua própria linguagem. Ele a concebe como uma lenta, embora inexorável, translação do ponto de equilíbrio das sociedades, acelerada em momentos cruciais por erupções como na França de 1798. Este é o ponto: essa mudança é *irreversível*. Neste sentido preciso, é também irresistível. Perceber o caráter inexorável de algo com que não se identificava e que, no entanto, ansiava por compreender só poderia introduzir, na sensível elaboração de Tocqueville, esses traços trágicos, esse estilo triste, esse afastamento irônico.

Nenhuma dessas qualificações pode ser entendida isoladamente, entretanto. Tomemos a referência à ironia na sua escrita. Trata-se simplesmente da expressão de sua distância em relação àquilo de que fala: a democracia, que se consolida irresistivelmente, a aristocracia, que não tem como retornar? Mas, bem vistas as coisas, não há esse distanciamento, por mais que Tocqueville anseie por ele, não para manter-se afastado mas para melhor discernir onde intervir. A tensão entre a equidistância neutra e o engajamento encontra expressão no modo sempre *indireto* com que enfrenta os problemas. Ele sempre tem em mira outra coisa do que a letra sugere à primeira vista. Quando fala da América do Norte, pensa na França; quando fala na França, ao tratar das origens da revolução, adverte que não é simplesmente dela que se trata, mas de um processo universal. O cavaleiro entre duas épocas, entre dois mundos, entre duas impossíveis lealdades, não tem como fixar a atenção em uma sem invocar a outra. Mas – e aqui passamos do

registro irônico para o trágico— nesse enfoque sempre oblíquo exprime-se a própria impossibilidade desse distanciamento. Equidistante, mas envolvido pelos dois lados; com o coração num deles e a cabeça no outro; exigindo do trabalho intelectual simultaneamente a paixão e a imparcialidade: essas exigências contraditórias paralisariam figuras mais simples. Mas não Tocqueville, que tinha muito claro que “minha cabeça está a favor das instituições democráticas, mas meu coração é aristocrático”. Para essa inteligência animada por uma sensibilidade altamente diferenciada isso é só um desafio a mais, que se enfrenta refinando a visão (sua orientação básica é, aliás, claramente visual: suas imagens favoritas sempre invocam cores e matizes). Enfim, o mundo de Tocqueville é feito mais de alusões do que de declarações peremptórias. Assíduo leitor de Pascal, sabia apreciar o *esprit de finesse*. Incapaz de fixar-se num ponto exclusivo, traduz isso na aversão ao dogmatismo no plano dos princípios, e no recurso constante à comparação, no plano do método (e no modo inquieto na vida pessoal: um amigo comentou que ele era a única pessoa que partia de um lugar antes de chegar nele).

O leitor de Tocqueville poderá estranhar essa afirmação de que nele não há declarações peremptórias. Dizer, como ele diz, que a democracia avança movida por força irresistível e que nesse avanço se entreve a Providência, não será suficientemente forte? Certamente é, mas é preciso ficar em guarda quando Tocqueville insiste em afirmações dessa ordem. A primeira pergunta a fazer, no caso, é sobre quem ele busca convencer ou mesmo advertir na passagem em que isso ocorre. Por que nessa específica passagem ele recorre com tanto empenho ao que ele próprio considera indispensável “para quem quiser fazer-se compreender”, que é o exagero, a formulação hiperbólica? No caso do caráter irresistível ou mesmo providencial do avanço da democracia, a interpretação que me parece mais acertada é a de que essas formulações retiram seu caráter retórico da natureza do seu destinatário: os grupos ultra-realistas e reacionários que sonhavam com uma restauração do poder com lastro aristocrático, da volta da sociedade aristocrática, enfim. É a eles que pretende atingir quando usa o recurso à Providência, chegando a aventar que a tentativa de deter esse avanço como que divino equivaleria a afronta a Deus; assim como é para retirar-lhes a pretensão ao acesso exclusivo à religião que afirma a íntima relação entre o avanço da democracia e o cristianismo. É a natureza dos embates políticos em que se engajou que dá o colorido próprio à sua retórica, e não a mera busca de efeitos. Para seus opositores reacionários seria cômodo se ele se ativesse à imagem de um equilíbrio histórico, que lhes permitisse esperar que a balança pendesse para o seu lado. Mas é precisamente por isso que ele é levado a enfatizar ao extremo que é de uma mudança irreversível que se trata, e que a velha sociedade européia não mais tem como conter o avanço da democracia. É verdade que, ao en-

fatizar essa dimensão retórica na invocação da providência por Tocqueville, deixo de lado outras dimensões, assinaladas por intérpretes autorizados. Assim, Marcelo Jasmin assinala a dimensão cognitiva do tema, que permite uma explicação não materialista de processos inexoráveis, e também a sua dimensão ético-política, relativa ao alcance e aos limites da ação livre na história, enquanto Werneck Vianna acentua que a retórica da providência permite afirmar o homem como ator da história e simultaneamente apartá-lo dela. Apesar de tudo, eu insistiria em que, no contexto, a dimensão retórico-política é fundamental.

Enfim, quando esse homem mais dado ao refinamento da alta conversação do que aos discursos altissonantes (não tinha talento algum para orador parlamentar) levanta o tom para reforçar uma posição convém distinguir entre a função retórica e o fundo do argumento. No caso, o argumento de fundo diz respeito ao caráter irreversível da democracia, e não à sua condição providencial. Não é a mesma coisa: o argumento da irreversibilidade de um processo é inteiramente secular, e aproxima Tocqueville de um dos grandes temas da sua época (ao lado da idéia do estado estacionário) em todas as áreas de pensamento. Ao transitar dessa idéia, que sozinha não lhe parecia bastante forte para convencer os interlocutores que tinha em mira, rumo à invocação de uma ordem providencial, ele se afasta de qualquer inclinação cientificista, sem no entanto subordinar sua análise dos processos históricos a uma visão religiosa. Como é usual nele, entre dois pólos opostos ele nem escolhe inequivocamente nem faz como o jovem de Verona, que invoca “uma praga sobre ambas as vossas casas”: ele fica com os dois, como referências cruzadas. Tocqueville fascina sobretudo pelas intuições fulgurantes, nas quais capta tudo o que de mais significativo está no ar e busca dar-lhe expressão, mesmo quando as palavras lhe faltam. (“A inteligência humana tem mais facilidade para inventar novas coisas do que novas palavras”, comenta ele ao ter dificuldade para nomear a associação entre democracia e despotismo). Nisso se manifesta um traço decisivo da sua pessoa e da sua obra: trata-se de um pensamento sempre voltado para as grandes questões do dia, embebido da experiência histórica coetânea mesmo quando parece perder-se em vãos seculares. Muito ativo, dotado de grande energia e capacidade de trabalho, soube extrair o máximo da experiência de vida que seu tempo e suas condições lhe proporcionaram.

Detenhamo-nos um momento no tempo de Tocqueville e nas suas condições. Nascido em 1805 de antigo tronco da nobreza normanda, em plena era napoleônica e com os ecos da revolução francesa ainda no ar (revolução que, no período do Terror, levava à guilhotina vários antepassados seus, e quase os pais), Alexis de Tocqueville acompanhou como jovem de formação jurídica e com precoces inclinações intelectuais e políticas o auge do período da Restauração pós-napoleônica, até

a revolução de 1830. Esse momento definiu uma inflexão decisiva na sua vida. Foram as dificuldades que então passou a encontrar na sua carreira na magistratura nesse momento que fizeram amadurecer no seu espírito um plano que já trazia há anos: o de observar diretamente o funcionamento daquela sociedade em que as tendências que vinham se desenvolvendo na Europa se apresentavam na sua expressão mais conseqüente e no estado mais puro.

Os Estados Unidos da América pareciam-lhe o lugar ideal para estudar uma sociedade de perfil democrático que, à diferença das européias, não registrara período de dominância aristocrática na sua história. Uma sociedade, portanto, em que a dolorosa transição européia do predomínio aristocrático para o democrático se apresentava como o avanço desimpedido da democracia, com traços nítidos e claros. Com esse plano em mente e um projeto de estudo das instituições penais americanas no bolso Tocqueville embarcou para os Estados Unidos da América em 1831, na companhia de seu amigo Beaumont, com quem redigiria substancioso relatório em 1833. O importante, claro, não era esse relatório, mas a análise do conjunto de observações que fizera sobre a organização e o funcionamento da vida democrática norte-americana. Quando a primeira parte desse trabalho foi publicada em 1835, com o título de *A Democracia na América*, Tocqueville viu-se alçado à fama, não faltando quem o saudasse como o novo Montesquieu (não por acaso, claro, dadas as reconhecidas afinidades entre os empreendimentos de ambos).

Seria, contudo, uma imprudência começar a discutir o conteúdo dessa obra sem ter em conta que ela, por melhor recebida que fosse e por mais que reivindicasse originalidade, não nascia do nada. Seu autor havia acompanhado intensivamente os grandes debates entre liberais e legitimistas que marcaram o período da restauração monárquica, especialmente nos anos 20. O grupo dos liberais ditos “doutrinários” incluía intelectuais eminentes, com forte presença na vida pública, como o historiador Guizot e o filósofo Royer-Collard. A contribuição desses pensadores que mais impacto teve sobre Tocqueville consiste numa renovação da historiografia, que ganha caráter mais marcadamente interpretativo e (se for permitido o anacronismo) “sociológico”. Estudiosos como Raymond Aron apontam para a inflexão da pesquisa historiográfica no sentido de cuidar das relações entre mudanças na estrutura social e mudanças nas formas de governo. E a análise da estrutura social se faz em termos das classes e das suas relações, com resultados dos quais a grande contrapartida a Tocqueville no século XIX, Karl Marx, também saberia tirar proveito. Com relação às aspirações nostálgicas dos legitimistas, os liberais tinham posição inequívoca. Para eles a insistência em infundir nova vida ao antigo regime era jogo perdido. O rumo da história era outro, mas nem por isso menos

preocupante. Os avanços da liberdade e também da igualdade eram bem-vindos (não sem alguns sustos), mas a persistência e mesmo o aprofundamento da centralização como traço característico da vida política francesa era vista com alarme. Um autor como Royer-Collard era explícito no tocante à associação entre centralização política e condições específicas da sociedade. Uma sociedade reduzida a “poeira”, atomizada, constitui solo propício à centralização do poder em escala nacional, sustentava ele. É para a forma da sociedade que se deve voltar os olhos, e não só para as instituições políticas: esta é a advertência que resultava dessas cogitações.

Temas dessa ordem povoavam a mente de Tocqueville nas suas andanças norte-americanas (e que andanças: pouca coisa ficou sem visita, sem falar da instrutiva passagem pelo Canadá meridional de colonização francesa). Na América ele esperava encontrar um modelo para a França, asfixiada pela centralização do poder, que, mesmo na ausência irrevogável do poder aristocrático, comprometia o avanço da liberdade e da igualdade. Para isso, no entanto, era preciso pensar a questão da democracia em moldes mais amplos do que os de caráter estritamente político-institucional. Ele já dispunha dos elementos para tanto. Era na forma da sociedade que deveria procurar a solução para o problema da caracterização da democracia. E ele a encontrou num traço básico das sociedades contemporâneas: a expansão da igualdade de condições.

Essa solução é notável, desde logo, porque propicia dois resultados altamente convenientes para a argumentação de Tocqueville. Em primeiro lugar, ao vincular a democracia à igualdade de condições sociais, ele deixa em aberto a questão dos nexos entre igualdade e liberdade, sem comprometer a primazia que, desde o primeiro momento, ele atribui à liberdade. Depois, porque lhe permite estabelecer uma relação precisa entre a democracia no plano social (igualdade de condições) e no plano político (igualdade perante a lei). É que, tomadas ambas em conjunto (e em Tocqueville esses dois planos jamais se separam, embora as relações entre elas não sejam lineares) a democracia como igualdade de condições figura como o conteúdo do processo irreversível e independente da vontade dos homens a que se referem suas formulações mais gerais a respeito da secular revolução democrática em curso no Ocidente cristão (pois é só deste que se ocupa). Figura, portanto, como a face natural, ou, na linguagem de Tocqueville, providencial desse processo. Isso abre o caminho para conceber-se o nível político da igualdade democrática como o campo da invenção, do artifício construído no exercício da liberdade, dentro dos limites dados em cada momento. Com isso Tocqueville logra falar da providência sem fatalismo e da ação livre sem voluntarismo. Essa concepção permeia toda a sua análise da democracia norte-americana e torna-se inteiramente explícita quando ele examina a relação intrínseca entre o princípio democrático da igual-

dade por um lado e a concentração do poder político e a centralização do governo pelo outro. O princípio da igualdade, sustenta ele, não só “sugere aos homens a noção de um governo único, uniforme e forte”, como também, ao penetrar em todas as suas relações, “ministra-lhes o gosto por ele”. Sua conclusão é que “nas eras democráticas que se abrem sobre nós, a independência individual e as liberdades locais sempre serão o produto da arte, e que a centralização será o governo natural”. Ou seja, a manutenção e expansão da liberdade nas sociedades democráticas são um problema político, de deliberação e legislação. Abandonado aos impulsos espontâneos da sociedade, tende a perder-se.

Nessas formulações encontra-se, na sua versão mais compacta, toda a sua análise da democracia na América. Recordemos os seus traços básicos. O ponto de partida é a constatação da crescente igualdade de condições sociais como um processo de alcance universal. Esse processo é visto pelo prisma da França pós-revolucionária, na qual ele se combina com elevada centralização, tanto no plano político (isto é, relativo ao governo nacional) quanto no plano que Tocqueville denomina administrativo (relativo ao governo no nível local), com base em uma burocracia altamente abrangente. De imediato manifesta-se o contraste com o caso americano. Neste, a igualdade de condições está na própria origem do Estado nacional, mediante essa notável inovação que é a organização federal (fonte de descentralização administrativa) associada a um governo central relativamente fraco no tocante à política interna, mas também não manietado pelos poderes das unidades federadas, graças ao engenhoso dispositivo constitucional que, de modo consentâneo ao princípio igualitário, estabelece como interlocutores da União os cidadãos privados e não os estados ou municípios. A questão que importa para Tocqueville, neste ponto, diz respeito à possibilidade de estabelecer-se na França a associação entre democracia e descentralização que se observa nos Estados Unidos. Ao encetar a sua viagem americana ele levava a esperança de encontrar nos Estados Unidos apoio na busca de uma solução para o problema que compartilhava com os liberais “doutrinários” franceses: como fazer frente à concentração e à centralização do poder na França? Em termos mais gerais: é possível conciliar igualdade de condições sociais, liberdade civil e centralização governamental e administrativa? A sua pesquisa ensinou-lhe muito sobre os Estados Unidos, e reforçou sua convicção de que a igualdade de condições sociais constituía a tendência dominante em escala mundial. Mas não lhe deu particular alento para o caso francês. Ficou demonstrado, para ele, que não há relação intrínseca entre democracia e descentralização. Na realidade, o resultado mais perturbador da sua análise é precisamente que a democracia (no sentido de igualdade de condições) é compatível tanto com um alto grau de descentralização, de liberdades civis e de autonomia política local quanto com um alto grau de centralização. Mais

do que isso, revela-se particularmente sujeita a uma nova modalidade de concentração de poder que, na falta de melhor termo pois o fenômeno é novo, Tocqueville designa como despotismo democrático.

Duas vertentes da sua análise o levam a essas conclusões. Primeiro, a constatação de que se o império da lei é da maior importância em regimes democráticos não é, entretanto, decisivo, pois depende da configuração dos costumes sociais para funcionar de modo favorável à liberdade. Segundo, que a própria operação do princípio democrático da igualdade, ao mesmo tempo em que propicia a emergência de homens com traços de caráter enérgicos, empreendedores e voltados para a solução dos problemas públicos, tende a fortalecer neles o gosto pelos negócios privados, em detrimento do envolvimento cívico. Na linguagem de Tocqueville, tende a gerar individualismo. Multiplicam-se, portanto, os riscos de que a expansão da igualdade democrática acabe trazendo consigo novas formas de despotismo, caracterizados pela concentração do poder, pela centralização administrativa e pelo peso crescente da burocracia na gestão pública, tudo isso no registro de uma dominação suave e bem aceita sobre indivíduos reclusos nos seus interesses privados. A disseminação do individualismo representa particularmente uma ameaça no que diz respeito à sempre problemática conexão entre igualdade e liberdade, por uma razão simples, mas decisiva. É que o individualismo como forma de conduta e como traço de caráter tem o seu solo na sociedade, exprime-se nos costumes. Não está, pois, diretamente sujeito às leis, mas, pelo contrário, contribui para moldá-las. Claro que nessa linha de argumentação está presente a preocupação mais funda de Tocqueville, que não é a expansão da igualdade (para ele um dado inexorável) mas a manutenção, se não a expansão da, liberdade.

A liberdade de que fala Tocqueville é concebida num registro mais aristocrático do que burguês, e constitui um dos pontos em que ele retoma grandes temas do pensamento político da antiguidade clássica. Nisto, aliás, ele fazia como Rousseau, de quem era leitor atento, levando um intérprete, Stephen Holmes, a comentar que os Estados Unidos desempenhavam no seu pensamento papel análogo ao de Esparta no de Rousseau: era a imagem de uma sociedade ideal, que não podia ser imitada pela França. Liberdade, para ele, não se resumia na não-interferência externa, mas significava, no melhor espírito “varonil” que reclamava de quem quer e merece ser livre, a capacidade de ser senhor de si, de se autogovernar, e (mais uma vez lembrando Rousseau, mas num registro diferente) de obedecer às leis em nome de ter participado na sua elaboração. Daí a máxima importância que atribui ao autogoverno das unidades políticas numa nação democrática e a sua satisfação ao ver em funcionamento na república federativa norte-americana o poder local, reforçado pelas associações voluntárias.

O autogoverno não é para ele mero dispositivo constitucional, mas é a própria forma política da liberdade. Pois nele não só se sustentam as instituições livres como se realiza o próprio aprendizado da liberdade. Nele criam-se homens de caráter independente, que, não estando submetidos a ninguém para gerir a sua vida, também não entregam a um poder externo, por mais benigno e tutelar que seja, a gestão dos negócios públicos locais e a escolha dos seus representantes em níveis estaduais e nacionais de poder. Por essa via, esse crítico severo da Ilustração acaba realizando a mais cabal tradução política do ideal iluminista da emancipação, até mesmo retomando, ao seu modo, o ideal da formação do cidadão livre e soberano.

Esta última expressão é importante. Tocqueville tem manifesto desagrado pela figura do Estado nacional soberano que domina o pensamento político moderno, entendendo que, ao implicar a concentração do poder em uma única instância, conduz de um modo ou outro ao despotismo. Mais vale, então, deslocar a soberania para o âmbito individual, na figura do cidadão capaz de contrapor sua força, somada à dos demais, ao monopólio despótico do poder. Nesses termos Tocqueville é levado a dedicar atenção à figura por excelência da democracia, que é a soberania popular. No entanto uma não é o prolongamento direto da outra. Estão em níveis diferentes, adverte ele numa anotação que acabou ficando fora do texto de *A Democracia na América* mas que é elucidativa: “A democracia constitui o estado social, o dogma da soberania do povo constitui o direito político. As duas coisas não são análogas. A democracia é uma maneira de ser da sociedade. A soberania do povo é uma forma de governo”. Mas a própria análise de Tocqueville mostra que a soberania popular não é por si uma garantia contra tendências despóticas, até porque ela própria está sujeita a suscitá-las. Além do clássico problema da tirania da maioria isso refere-se a algo mais profundo e inteiramente novo, suscetível de derivar da combinação entre soberania do povo e individualismo na sociedade. Trata-se da situação, tão temida por Tocqueville, em que, tendo o governo ocupado os espaços deixados vagos pela retração individualista para os âmbitos privados, o povo submete-se pacificamente à tutela de um governo cuja centralização plena foi suscitada pelos próprios atos soberanos dos cidadãos. Afinal, lembra Tocqueville, a concentração do poder em um só, que contrasta com todos os demais igualados na submissão, não é incompatível com o princípio democrático da igualdade. Não há como escapar à conclusão: se o estado social democrático é inevitável, que se evite a todo custo a centralização do governo, pois a combinação de ambos significa poder despótico. Esse esforço passa pela formação dos próprios cidadãos como portadores de caráter livre. Nesse sentido Tocqueville fala da necessidade de uma “nova ciência da política”, que inclua nas suas tarefas a de “educar” a democracia mediante a formação de homens independentes e capazes, na plena expressão do termo, de autogoverno.

A democracia, como um “modo de ser” da sociedade, é um dado de fato. É uma *condição social* de igualdade em que os homens vivem, sem ter que passar por sua vontade consciente. Por sua vez, a soberania popular; embora esteja em outro plano, relativo aos *princípios de governo*, só é eficaz quando profundamente arraigada nos próprios indivíduos. Não pode, portanto, ser pensada como externa à vida social. Numa certa passagem de *A Democracia na América* Tocqueville, que já se referira antes a ela como a “lei das leis” nos Estados Unidos, oferece uma formulação particularmente precisa a respeito. “Nos Estados Unidos a soberania do povo não é uma doutrina isolada, sem relação com os hábitos e as idéias correntes do povo. Pode, pelo contrário, ser encarada como o último elo numa cadeia de opiniões que une todo o mundo anglo-americano. Que a Providência tenha dado a cada ser humano o grau de razão necessário para dirigir-se a si mesmo nos negócios que interessam exclusivamente a ele é a grande máxima sobre a qual repousa a sociedade civil e política nos Estados Unidos”. E, após expor que essa máxima é aplicada em todos os níveis da vida social, desde a família até a nação, quando então se torna a doutrina da soberania do povo, ele comenta: “Assim, nos Estados Unidos o princípio fundamental da república é o mesmo que governa a maior parte das ações humanas. Noções republicanas insinuam-se em todas as idéias, opiniões e hábitos dos americanos, e são formalmente reconhecidas pelas leis. Nos Estados Unidos até mesmo a religião da maioria dos cidadãos é republicana, uma vez que submete as verdades do outro mundo ao julgamento privado”.

Ao descrever nesses termos a soberania popular nos Estados Unidos Tocqueville tem muito claro que esse quadro não é generalizável. Em particular, não se aplica à França. É que, para ele, a soberania popular não é um princípio abstrato, mas uma “opinião”. É, portanto, uma representação das coisas. E é também matéria para uma vontade. No caso, uma vontade peculiar e politicamente decisiva, que se traduz em querer ser livre. Ela define, portanto, o caráter político de toda uma sociedade, na exata medida em que esteja presente no caráter dos seus cidadãos. Na linguagem de Tocqueville, define o seu “caráter nacional”. Mas, ao apresentá-la como o elo final de uma cadeia de opiniões que atravessa a sociedade de ponta a ponta, ele simultaneamente expõe a sua força e a sua fraqueza. Embora ele próprio enfatize a solidez desse arranjo, que para ser modificado exigiria a sua substituição por todo um conjunto de “opiniões opostas”, a imagem da cadeia sugere o seu lado vulnerável, que decorre de ela ser suscetível de ser rompida pela mera retirada de um elo; especialmente se considerarmos que o elo mais importante é o último, que depende dos demais. Na realidade, os elos não precisam romper-se. Basta que se enfraqueçam em pontos importantes para que o exercício do autogoverno defina na prática. A exacerbação do individualismo pode ser suficiente para formar-

se aquilo que para Tocqueville era o pior cenário possível em sociedades democráticas.

Naquela que é provavelmente a passagem mais famosa da sua obra, ele tenta descrever no que consistiria essa situação extrema, à qual termos como tirania ou despotismo já não se aplicam. Por um lado ele vê “uma imensa multidão de seres iguais e semelhantes, absorvidos na procura de prazeres mesquinhos”, cada qual “existindo só e exclusivamente para si”. Por outro, vê um “poder imenso e tutelar”, que se eleva acima dessa multidão. Um poder “absoluto, minucioso, regular, providente e suave”, que se encarrega de tudo e esvazia toda e qualquer iniciativa própria dos cidadãos tornados súditos. No auge dos confrontos ideológicos que marcaram o século XX esse cenário foi interpretado mais de uma vez como uma espécie de antevisão dos regimes ditos totalitários. Mas só a cegueira ideológica pode levar a que se veja no cenário traçado por Tocqueville algo como uma antevisão do stalinismo ou do nazismo. O pior é que essa interpretação despreza o traço mais perturbador da construção tocquevilliana. É que ela se refere a sociedades *democráticas*, com todas as instituições próprias a elas em pleno funcionamento. Na realidade esse cenário é muito mais interessante e, bem examinado, impressiona pela capacidade de intuir tendências de longo prazo com a potência de visualização de um grande artista. O quadro assemelha-se mais a uma combinação entre duas faces das sociedades democráticas do século XX, ambas exacerbadas em seus traços extremos. Por um lado apresenta traços que sugerem aquilo que um século e meio depois seria chamado na França (usando-se termo que, esse sim, aparece literalmente em Tocqueville) de Estado-providência, a versão francesa do Welfare State inglês de meados do século XX. Por outro, apresenta traços do que seria a face social desse estado. E aí encontramos algo que se aproxima muito mais do retrato das condições das sociedades democráticas no final do século, na fase denominada neoliberal. Quadro incongruente ou síntese de gênio? Para quem procurava discernir grandes tendências vindouras nas sociedades democráticas, seria difícil esperar maior alcance de visão. Afinal, está em jogo um período de dois séculos, desde a revolução francesa até o final do século XX. No final acaba transparecendo o mal-estar de Tocqueville com ambas essas tendências que vislumbrava no horizonte longínquo e acabou combinando num único painel de poderosa imaginação. É verdade que, a despeito dos seus temores, revelou-se possível combinar o Estado de bem estar social, “provedor”, com níveis elevados e mesmo crescentes de organização da sociedade e de participação política.

Um dos traços mais acentuados desse cenário consiste sem dúvida na centralização plena do poder. Mas aqui interessa mais o outro traço, relativo à forma da sociedade. Nele manifesta-se quanto a vertente “sociológica” do pensamento tocquevilliano é tributária de uma

concepção muito clássica da política. O grande problema dessa forma nova de despotismo consiste em que ela repousa sobre a quebra dos vínculos que unem os homens uns aos outros. Essa formulação não é trivial. Tocqueville não fica restrito à imagem um tanto mecânica da “atomização” da sociedade ou da sua redução a “poeira”, como diria Royer-Collard. A ênfase está nos laços, naquilo que une. É sempre assim nele, e é desse modo que ele concebe a política, como exercício conjunto do poder estribado numa forma de convivência. Nesse modo de pensar um lugar importante está reservado para uma concepção do lugar e do papel da religião nas sociedades democráticas. A religião é entendida, nesse contexto, pelo ângulo da sua capacidade unificadora, de formadora de vínculos, de agregação enfim. “Como é possível que a sociedade escape da destruição se o vínculo moral não é reforçado na proporção em que se relaxa o vínculo político?”, pergunta ele com referência à república democrática. Formulações como essa levam um intérprete como Raymond Aron a afirmar que Tocqueville é “um liberal que gostaria que os democratas reconhecessem a solidariedade necessária entre instituições livres e crenças religiosas”.

No centro da sua preocupação com as sociedades democráticas está a questão de como manter juntos homens livres, sem que sua independência se converta em indiferença. Na realidade, se a “nova ciência da política” é chamada a “educar a democracia”, uma de suas metas certamente será o aprendizado do que ele designa por “arte da associação”. Nas memórias que escreveu para uso pessoal após 1848, ele tornou explícita a idéia de liberdade que se havia tornado “a paixão de toda a minha vida”. Consiste ela numa “liberdade moderada, regular, contida pelas crenças, os costumes e as leis”. Sem a arte da associação (que era espontânea nas sociedades aristocráticas mas tem que ser criada nas sociedades democráticas) nada disso é possível. Pois é dela que se pode esperar o duplo aprendizado da liberdade civil: a energia, a iniciativa, a confiança nas próprias forças por um lado, o autogoverno pelo outro. E autogoverno significa uma mescla de capacidade de fazer valer seus direitos e sua vontade com a capacidade de conter os próprios impulsos. Tocqueville tira partido, nesse ponto, da ambigüidade do termo autogoverno: participar por sua conta do governo e governar-se a si próprio (ou seja, conter-se). Crenças, costumes e lei: eis as três faces da imagem da convivência social que Tocqueville desenha na sua obra. As leis regem os costumes e os costumes moderam as leis, diz ele. Talvez se possa sustentar que as crenças moderam ambas, e as vinculam entre si –especialmente se entendermos crenças numa acepção ampla e não só religiosa no sentido estrito, a exemplo do “dogma” da soberania popular. Também sobre isso Aron tem algo a dizer: “O tema fundamental de Tocqueville é portanto o da necessidade, numa sociedade igualitária que quer governar-se a si mesma, de uma disciplina moral

inscrita na consciência dos indivíduos. Ora, a fé que criará essa disciplina moral é a fé religiosa”. Acrescentemos que essa fé religiosa pode ser altamente tingida de fé secular republicana, como ele constatou nos Estados Unidos. No conjunto, a sua viagem americana ministrou-lhe uma grande lição, comenta Pierre Manent, citando sua obra. Trata-se de “regrar a democracia com a ajuda das leis e dos costumes”. Aqui não há referência direta às crenças. Talvez porque Manent está atento para a circunstância de que nas sociedades democráticas o princípio dominante não é a virtude, mas o interesse.

Aqui chegamos num ponto particularmente complexo e fascinante do pensamento de Tocqueville. Esse pensador inteiramente absorvido pelo tema aristocrático dos vínculos que unem uns aos outros homens desiguais e com lugares bem definidos na sociedade vê-se na situação de buscar compreender um mundo social marcado pela ausência de lugares determinados e pela igualdade de condições, sem deixar de manter, num caso como no outro, a referência básica à liberdade. Numa passagem de sua obra sobre o antigo regime e a revolução ele comenta que havia liberdade no antigo regime, até mais do que após. Mas era uma liberdade “irregular e intermitente”, mal regrada, “sempre ligada à idéia de exceção e de privilégio”. E conclui, numa referência à sua tese central naquele livro, que muitos dos resultados da revolução não foram gerados por ela mas lançam raízes no solo do antigo regime, que “se essa espécie de liberdade desregrada e malsã preparou os franceses para derrubar o despotismo, ele no entanto os tornou talvez menos capazes que qualquer outro povo para fundar no seu lugar o império pacífico e livre das leis”. Mas o caso anglo-americano mostra que numa sociedade democrática isso é possível. Mais do que isso. Mostra que, numa sociedade desse tipo, o exercício da arte da associação permite aprender com a experiência e corrigir os defeitos da ordem social e as más conseqüências das ações. Ao mesmo tempo, o caso americano mostra que esse império pacífico e livre das leis só se efetiva quando é animado pelos influxos de idéias e costumes que lhe dão vida. “Nada é mais superficial do que atribuir a grandeza e a potência de um povo apenas ao mecanismo das suas leis”, escreve ele em outra passagem do mesmo livro. “Pois, nessa matéria, é menos a perfeição do instrumento do que a força dos motores que faz o produto”. (Teria ele usado essa surpreendente imagem dos motores, ao invés de paixões, sentimentos, opiniões ou então espírito, sem a sua viagem americana?) E, invocando o caso inglês, em que leis desordenadas e complicadas se comparadas com as francesas convivem com uma sociedade sólida e próspera: “Isso não advém da bondade de tais leis em particular, mas do espírito que anima a legislação inglesa de ponta a ponta. A imperfeição de certos órgãos não é empecilho, porque a vida é poderosa”.

As grandes mudanças que Tocqueville percebe e tenta retratar dizem respeito a uma sociedade atravessada de ponta a ponta pelo incentivo, não à virtude, que une os homens e os faz transcender seu âmbito privado, mas ao interesse, que separa os homens e os impele sempre de volta para o seu mundo pessoal. Nas novas circunstâncias de pouco valeria invocar o republicanismo clássico como solução. Mas Tocqueville tem mais afinidades com a posição republicana do que com o *laissez-faire* (ou, dadas as peculiaridades do seu modo de pensar, talvez fosse melhor dizer que ele não concebe um sem referência ao outro). Para fazer frente a esse problema ele lança mão de um recurso de grande audácia intelectual. Retoma o tema do interesse, mas para projetar no interior dessa própria noção a sua exigência de moderação, de autogoverno, de impulso regrado. Cria assim uma figura paradoxal à primeira vista: o interesse bem compreendido, em que convivem o impulso voltado para si próprio e a contenção em vista dos demais. “Pode-se imaginar uma sociedade na qual todos os homens, vendo a lei como sua obra comum, a amariam e se submeteriam a ela sem dificuldade. Cada homem tendo alguns direitos e estando seguro do gozo desses direitos, estabelecer-se-ia entre todas as classes uma espécie de confiança varonil e cortesia recíproca, tão afastada do orgulho quanto do servilismo. Compreendendo seus próprios interesses, as pessoas se dariam conta de que para gozar os benefícios da sociedade é preciso assumir suas obrigações. A associação livre dos cidadãos poderia então substituir a autoridade individual dos nobres, e o Estado estaria protegido tanto da tirania quanto da licença”. Esta passagem encontra-se já na introdução do autor a *A Democracia na América*, em 1835.

O tema é central, e dos mais difíceis. Antes de enfrentá-lo, aproveitemos, contudo, uma formulação específica na passagem citada para dar pelo menos uma parte do relevo que merece a dois aspectos do pensamento de Tocqueville. Em primeiro lugar, fica explícito que ele leva muito a sério uma concepção de sociedade que a define, num registro político, como a associação livre de homens livres. Ao mesmo tempo, trata-se para ele de uma condição que pode ser “imaginada”, talvez um pouco como uma idéia reguladora, que dá, no horizonte inatingível, a orientação para a ação correta, mas que seria desmesurado tentar realizá-la aqui e agora. O segundo ponto talvez seja um pouco mais controverso, mas me parece de fundamental importância para entender o “espírito” do pensamento de Tocqueville. É que ele, pensador medularmente político, vê os grandes problemas de uma perspectiva peculiar, segundo a qual o que é inteiramente inaceitável, o mal radical na vida social, mais do que a opressão é a *degradação* dos homens que ela provoca. É diante dessa degradação (algo que o agredia por ambas as suas lealdades mais fundas, a aristocrática e a cristã) que ele recua com horror. E é isso que ele entrevê na associação possível entre des-

potismo e democracia, essa nova e inominável forma de tirania que não agride, não oprime, não mata, mas não permite aos homens serem senhores de si.

Há, no curso da argumentação de Tocqueville, uma certa analogia entre a relação entre o interesse e a sua boa compreensão por um lado e, por outro, o individualismo e as associações civis. Em ambos os casos trata-se de prevenir a recaída no egoísmo, essa figura arcaica do “amor desmesurado por si mesmo, com exclusão de todos os demais”, que contrasta com o sentimento “maduro e ponderado” da privacidade individualista. Esta só se corrige pela participação voluntária nos negócios públicos, jamais pela imposição de um governo centralizado. Da mesma forma, o interesse bruto resiste a leis e mandatos, e só se modera a partir do discernimento do seu portador. Uma formulação possível para o problema que Tocqueville enfrenta nesse ponto é a seguinte: como civilizar (o termo é proposital, aqui) o interesse sem ter de recorrer a uma figura como a da vontade geral de Rousseau? Pois é aqui que tocamos o ponto sensível. Tocqueville pensa o problema moderno do interesse contra o pano de fundo do problema clássico da vontade. Isso significa que ele não abre espaço para essa fundamental mudança de ênfase no pensamento político moderno, que põe as preferências individuais no lugar da vontade. Isso tem significado direto para o seu tema central, que é o da liberdade. A idéia de interesse bem compreendido é inseparável da idéia de liberdade como capacidade de ser senhor de si. Do mesmo modo, a idéia do interesse como o ordenamento das preferências individuais é inseparável da concepção “negativa” de liberdade, como ausência de impedimentos externos. Em consequência, se nas repúblicas democráticas já não guardam vigência as virtudes, substituídas pelos interesses, e se estes, deixados soltos na sua lógica intrínseca, interpõem-se entre os homens e os separam, é preciso encontrar nas sociedades democráticas um correlato moderado da virtude, para poder moderar os interesses. A questão de fundo, claro, é a mais clássica possível. É a questão da *medida*, em contraste com o desregramento, e talvez não seja violência ao pensamento de Tocqueville se usarmos o termo justa medida.

Qual era, finalmente, a preocupação central de Tocqueville quando escreveu *A Democracia na América*? É possível, ainda que com enorme injustiça com essa obra excepcional, resumir em poucas palavras o que ele tinha em mente quando escreveu *O Antigo Regime e a Revolução*, que não será objeto de exame aqui. Trata-se de demonstrar a continuidade secular de processos que trabalhavam em profundidade a sociedade, que a revolução francesa mais acelerou do que gerou; em especial, claro, a centralização. Mas, no caso dessa sua primeira grande obra, há manifestações suas que causaram não pouca controvérsia entre seus intérpretes. Em uma carta escrita ao seu amigo Stoffels logo

após a publicação do primeiro volume do livro, Tocqueville torna explícito o seu objetivo ao escrevê-lo. A referência inequívoca é às condições e ao público na França.

Eu queria mostrar o que um povo democrático realmente é em nossos dias; e, mediante um retrato rigorosamente preciso, produzir um duplo efeito nos homens do meu tempo. Àqueles que imaginavam uma democracia ideal, um sonho brilhante e facilmente realizável, procurei mostrar que haviam revestido o quadro com cores falsas; que o governo republicano que apregoam, embora possa trazer benefícios substanciais da um povo capaz de suportá-lo, carece de todos os traços elevados que sua imaginação lhes atribuíra e, sobretudo, que um governo como esse não pode ser mantido sem certas condições de inteligência e de moralidade privada, e sem uma crença religiosa que nós, como nação, não atingimos e que devemos buscar atingir antes de agarrar seus resultados políticos. Àqueles para quem a palavra democracia é sinônimo de destruição, anarquia, espoliação e assassinato, tentei mostrar que sob um governo democrático as fortunas e os direitos da sociedade podem ser preservados, e a religião, honrada; que, embora uma república democrática possa desenvolver menos as forças mais nobres do espírito humano, ela no entanto tem uma nobreza que lhe é própria; e que, afinal, talvez seja que a vontade de Deus espalhar felicidade em grau moderado sobre todos os homens, ao invés de acumular uma grande soma sobre alguns poucos, ao apenas permitir a uma pequena minoria que se aproxime da perfeição. Procurei mostrar a eles que, independente da sua opinião, a deliberação não mais estava em seu poder; que a sociedade tendia sempre mais no sentido da igualdade, e os arrastava junto com todos os outros atrás de si; que a única escolha era entre dois males inevitáveis; que a alternativa não era mais ter uma democracia ou uma aristocracia, mas consistia agora em uma democracia, sem poesia e elevação com efeito, porém com ordem e moralidade; ou numa democracia indisciplinada e depravada, sujeita a espasmos súbitos; ou então a um jugo mais pesado do que qualquer um que tenha atormentado a humanidade desde a queda do Império. Procurei diminuir o ardor do partido republicano e, sem desanimá-los, apontar para o único curso de ação sensato. Esforcei-me por conter as reivindicações dos aristocratas e por levá-los a curvarem-se diante de um futuro irresistível. De modo que, sendo menos violento o impulso de um lado e a resistência de outro, a sociedade possa encaminhar-se de modo pacífico para a consecução do seu destino. Essa é a idéia dominante no livro –uma idéia que envolve todas as outras, mas que poucos descobriram até agora [...] Mas tenho fé no futuro, e

tenho esperança de que chegue o dia em que todos verão claramente o que hoje apenas uns poucos suspeitam.

Talvez fosse demais esperar que, poucos meses após a publicação da obra, muitos leitores tivessem domínio sobre a complexa elaboração que ele resume nessa carta. Mas seu argumento é precisamente que, no seu cerne, trata-se de um livro simples, construído em torno de uma única idéia. Logo na abertura ele faz alusão à “idéia matriz” do livro, que estaria na sua gênese e a percorreria de ponta a ponta. A julgar pela carta que acabamos de ver essa idéia não concerne tanto ao conteúdo da obra, mas ao seu “espírito”, se não for abuso usar aqui esse termo. Refere-se ela ao esforço por induzir à moderação dois contendores (os partidários da aristocracia e os da democracia), em nome da demonstração de seu equívoco básico, ao não perceberem que os tempos mudaram e que o jogo é outro. Trata-se da aplicação pioneira e inteiramente consciente daquilo que para Tocqueville era uma exigência premente: uma nova ciência política para uma nova época. E essa ciência não poderia ater-se a descrever os novos fenômenos desse novo mundo, nem mesmo apenas buscar explicá-los, mas deveria ter um outro escopo, bem mais ambicioso. Deveria ser capaz de trazer à tona o caráter de uma sociedade, a sua fisionomia própria, no que tem de peculiar e no que compartilha com outras. Nesse sentido específico deveria operar de maneira comparativa e caracterizadora (não é de surpreender-se portanto a frequência com que se encontra na bibliografia a aproximação entre o trabalho de Tocqueville a os “tipos ideais” estudados por Max Weber). Deveria, finalmente, produzir resultados relevantes para os grandes debates do momento presente, ao trazer à vista as suas raízes mais fundas e ao colocá-los no seu enquadramento mais amplo.

Coerente com isso, ele não se furta a ir além de exprimir a exigência de uma nova ciência política e a formular as suas tarefas mais prementes. “O mundo político sofreu uma metamorfose. Novos remédios devem doravante ser procurados para novos males. Definir limites amplos, porém nítidos e firmes, para a ação do governo; conferir determinados direitos às pessoas privadas e assegurar a elas o gozo incontestável desses direitos; habilitar o homem individual a manter toda independência, força e poder original que ainda possui; elevá-lo na sociedade e sustentá-lo nessa posição; esses me parecem os principais assuntos para os legisladores nas épocas em que agora estamos em vias de entrar”, escreve ele.

A “idéia matriz” (ou “idéia dominante”, na citação acima) de *A Democracia na América*, que Tocqueville tanto prezava, está longe de ser tão inequívoca como ele imaginava. O autor de importante livro sobre o processo de elaboração da obra, James Schleiffer, prefere a idéia de soberania do povo. E outro comentarista, Stephen Holmes, apresenta

uma proposta que ilumina um aspecto importante da concepção de democracia de Tocqueville. Sustenta ele que, dado o gosto de Tocqueville pelas frases de efeito, uma boa candidata à condição de idéia matriz da obra estaria contida na frase que também aparece logo no início do livro: “A extrema liberdade corrige os abusos da liberdade, e a extrema democracia previne os perigos da democracia”. Para Holmes a idéia que fornece o fio condutor na obra é essa, de que a democracia é capaz de autocorrigir-se. Não se trata, aqui, de contrapor Holmes ao próprio Tocqueville; até porque estão em planos diferentes. Enquanto o autor fala da idéia que estava na sua mente enquanto escrevia, o comentarista, que não tem esse acesso privilegiado, procura no conteúdo da própria obra a resposta para o desafio proposto pelo autor, de encontrar a tal idéia matriz. Mas Holmes, fiel a Tocqueville ou não, tem um ponto a seu favor. A idéia que ele aponta é mesmo da maior importância. Pouco atrás foi citada a frase de Tocqueville sobre regar a democracia com a ajuda das leis e dos costumes. É o caso, agora, de lembrar que ela começa com a expressão “não se deve desesperar” de regar a democracia. Ele era cauteloso na sua afirmação, mas o próprio termo empregado mostra a importância que atribuía à questão. Na perspectiva de Holmes, a democracia política (o autogoverno) pode remediar as insuficiências ou deficiências da democracia social (a igualdade). É claro que ele sabe que uma é impensável sem a outra, mas é sempre interessante apontar para o caráter dinâmico da junção entre essas duas faces da mesma moeda.

Falando especificamente dos Estados Unidos, Tocqueville comenta que “a grande vantagem dos americanos consiste em poderem cometer erros que podem depois corrigir”. E este é o ponto. A democracia *pode* permitir-se cometer erros. Pois a questão não é de haver remédios, mas de ter como usá-los; e é precisamente isto que ela propicia. O problema, como ele próprio adverte em outro passo, é que a capacidade de corrigir erros demanda tempo. Há um aprendizado envolvido nisso. Significa isso que Tocqueville abre a possibilidade de se pensar a democracia como um grande processo de aprendizado.

Na realidade, a democracia não se limita a poder errar, mas faz amplo uso disso, de acordo com Tocqueville. Há passagens no livro em que se tem a impressão de que os americanos gastam boa parte do seu tempo corrigindo o que fizeram antes. Isso deve ser visto por dois lados. Primeiro, há uma condição muito objetiva para isso. Mais do que qualquer outro povo, os norte-americanos podem permitir-se cometer erros porque as características do seu país (escala continental sem ameaças nas fronteiras, etc.) são favoráveis. Nesse sentido as generalizações são temerárias. “Uma democracia só pode alcançar a verdade pela experiência; e muitas nações poderão perecer enquanto esperam as consequências dos seus erros. O grande privilégio dos americanos não consiste em serem mais esclarecidos do que outras nações, mas em poder reparar

os erros que tenham cometido”. Por outro lado, há, sim, uma conclusão geral que se pode tirar disso. É que não se pode esperar desempenho impecável de regimes democráticos, e que isso é uma condição intrínseca deles. A democracia imaculada é algo monstruoso, nessa perspectiva.

As vantagens desse regime são de outra ordem. Elas dizem respeito à outra face da ação moderadora de impulsos que as leis, os costumes e as crenças podem exercer. Essa outra face ele observou em abundância nos Estados Unidos, e certamente está entre o que mais o impressionou. Trata-se da enorme energia que o exercício da democracia desencadeia. “A democracia não dá ao povo o governo mais hábil, mas ela faz aquilo que o governo mais hábil é com freqüência incapaz de criar: ela dissemina por todo o corpo social uma inquieta atividade, uma força superabundante, uma energia que jamais existem sem ela, e que, por desfavoráveis que sejam as circunstâncias, podem gerar maravilhas. Nisso consistem suas verdadeiras vantagens”, escreve ele.

Não se poderia esperar de Tocqueville que fosse um entusiasta da democracia. Seu propósito era apenas o de ser leal. E esse ele cumpriu largamente. Claude Lefort vê no seu empreendimento uma singular capacidade de “detectar as ambigüidades da revolução democrática em todos os domínios”. Em cada momento da sua análise, diz ele, Tocqueville é levado a “passar da face ao avesso do problema, a desvendar a contrapartida do positivo –o que se torna um novo signo de liberdade– ou do negativo –o que se torna um novo signo de servidão”. Converter certezas em ambigüidades; não exorcizar o erro, mas indagar sobre a capacidade de emendá-lo: eis uma maneira interessante de refletir sobre uma realidade política nascente.

BIBLIOGRAFIA

- Aron, Raymond 1967 *Les étapes de la pensée sociologique* (Paris: Gallimard).
- Gantus Jasmin, Marcelo 1997 *Alex de Tocqueville: a historiografia como Ciência Política* (Rio de Janeiro: ACCSESS).
- Lefort, Claude 1984 “Tocqueville and Democracy” em Copp, D.; Hampton J. e Roemer, J. *The Idea of Democracy* (Cambridge: Cambridge University Press).
- Manent, Pierre 1982 *Tocqueville et la nature de la démocratie* (Paris : Julliard).
- Schleiffer, James 1992 *Como nació la Democracia en América de Tocqueville* (México: Fondo de Cultura Económica).
- Werneck Vianna, Luiz 1993 “Lições da América: o problema do americanismo em Tocqueville” em *Lua Nova*, Nº 30.
- White, Hayden 1992 *Meta-história; a imaginação histórica do século XIX* (São Paulo: EDUSP).